



CRIANÇAS, CRECHE E FORMAÇÃO

Tiago Almeida e Catarina Tomás

As crianças pequenas ocupam um lugar central nas sociedades europeias atuais e esse facto reflete-se na forma como os Estados têm procurado criar serviços, mais ou menos institucionalizados, para responder a essa demanda, sobretudo para responder às necessidades das famílias. Por outro lado, a forma como olhamos para o presente das crianças pequenas e, acima de tudo, para o que se antecipa ser o seu “por vir” (Almeida, 2018a) influem na organização dessas respostas e na forma como se entende a infância e se trabalha com as crianças dos 0 aos 3 anos. Esta tensão entre presente e futuro tem sido uma constante e está bem visível e presente desde, por exemplo, a publicação de *Emílio, ou da Educação* por Rousseau em 1762 (Almeida, 2018a; Smith, 2014).

A infância é, assim, um caso paradigmático de como se constrói uma identidade sobre a condição da norma de não-cidadão, o que Casa denominou pelos *ainda-não* (1992). A infância surge, na sua visão hegemónica, caracterizada por traços de negatividade e de insuficiência, por uma visão universalista, desenvolvimentista e descontextualizada das condições reais das crianças e das suas famílias.

A emoção associada à experiência com crianças leva-nos, em alguns casos, a adotar discursos e atitudes que as identificam como uma realidade abstrata formada por objetos de pertença, seres que ainda são incapazes, sujeitos às normas estabelecidas e alheios nas suas capacidades para desfrutar dos atributos de cidadania. A infância é ainda perspectivada dentro de parâmetros de um estatuto minoritário, como um período etário onde os indivíduos requerem proteção porque sabem menos, têm menos maturidade, menos força e menos experiência, em comparação com os adultos (Tomás, 2011), sobretudo quanto menos idade tiverem.

Pode afirmar-se que continuam a ser dominantes estes pressupostos sobre as crianças nos olhares, nos discursos, na ação pedagógica e nas políticas públicas (Folque et al., 2015; Coutinho & Tomás, 2018). Por esse motivo há discursos, políticas e práticas ora assentes numa visão (ainda) assistencialista ora assentes numa visão direcionada para uma precoce promoção de competências (Ferreira & Tomás, 2018). Relativamente a esta última visão, de certa forma, esta orientação para o futuro, impele a que se projete um conjunto de tarefas atribuídas às famílias e às organizações socioeducativas para a infância que oriente a sua ação de forma a assegurar as “competências essenciais” para que as crianças possam ser autónomas e independentes quando a altura chegar. Por outro lado, esta pressa de acelerar o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças pequenas em direção ao futuro “por vir” exerce uma grande pressão nas (e pelas) famílias, nas (e pelas) organizações socioeducativas, como a creche, e nas crianças (Smith, 2014).

Esta balançar entre presente e futuro obriga a que nos relacionemos com as crianças como sujeitos de plenos direitos em vez de objetos de intervenção social e educativa. Esta consciência marca uma profunda alteração na forma como a educação de crianças dos 0 aos 3 anos pode ser encarada. No entanto, é possível verificar que a infância como grupo tem estado na agenda dos/as decisores/as políticos/as em termos do que elas podem vir a ser (Peters, 2005). Este foco tem centrado, muitas vezes, as propostas e decisões em aspetos económicos, isto é, a despesa pública em educação de crianças pequenas é tipicamente enquadrada como investimento, justificado pelo retorno em “capital humano” que poderá trazer (Lee, 2013).

O que acontece é que muito deste investimento procura maximizar o “potencial” das crianças que são orientadas para o “sucesso”. O problema desta visão resulta da medida de sucesso que utilizamos, sendo difícil que nos desloquemos de uma visão centrada em resultados escolares e qualificações académicas *standard* (Rose, 1999; Popkewitz, 2006), a padrões de competências a atingir, seja pelas crianças seja pelas/os educadoras/es de infância. Esta visão e estas dimensões de “sucesso” contribuem para que as propostas criadas a pensar em crianças pequenas sejam orientadas e subordinadas a determinadas formas e objetivos educacionais e, desta forma, reconfigurando o trabalho dos/as educadores/as de infância e as funções da creche.

Todos estes fatores podem contribuir para que organizações socioeducativas, famílias e sociedade, orientem as suas ações para que as crianças não “fiquem para trás” e desenvolvam até ao máximo o seu “potencial”, sendo sistematicamente comparadas umas com as outras a partir de referências que as hierarquizam. Numa primeira fase, pelas matrizes de Desenvolvimento Infantil (Burman, 2007) na Educação de Infância (Bloch, Holmlund, Moqvist & Popkewitz, 2003) e, mais tarde, pela mercadorização da educação de infância e pelo desempenho escolar numa corrida por sucesso na idade adulta e (Foucault, 2010; Ferreira & Tomás, 2018).

O que se pode questionar são as conceções que prevalecem sobre o que são as crianças, na medida em que concorrem para a forma como nos relacionamos e exercemos o poder sobre elas. Neste sentido, a forma como família, sociedade e Estado, pensam sobre que tipo de sujeitos são as crianças, orientam as suas condutas na direção de discursos dominantes numa determinada relação com o tempo e o espaço em que são proferidos (Moss, 2009).

Sobre a Recomendação de 3/2011

Comemorámos em 2016 o 30º aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo Português, 5 anos após a publicação da Recomendação n.º 3/2011, de 21 de Abril sobre a “Educação dos 0 aos 3 anos” do Conselho Nacional de Educação. Entre vários méritos, a Recomendação n.º 3/2011, tendo sido Teresa Vasconcelos sua relatora, trouxe para o centro da discussão e da reflexão o “lugar” da creche e os seus propósitos. O referido documento trouxe, inegavelmente, um contributo essencial para continuarmos a pensar como a família, a sociedade e o Estado cuidam e investem na educação de crianças pequenas. Sete anos volvidos da sua publicação importa revisitarmos as propostas que constam desse documento e recolocarmos os mesmos problemas e desafios lá enunciados à luz dos atuais constrangimentos e oportunidades.

Se recuperarmos a Recomendação encontramos estas dimensões para pensarmos como família, sociedade e Estado se complementam no exercício deste projeto. Nas quatro primeiras recomendações encontramos esta dinâmica permanente entre criança, família, sociedade e Estado. São elas:

1. Conceber a educação dos 0 aos 3 anos como um direito e não apenas como uma necessidade social;
2. Assumir que a responsabilização primeira pertence às famílias;
3. Reconfigurar o papel do Estado;
4. Atribuir um novo papel às Autarquias e à Sociedade Civil.

O que se pode questionar é como é que todos/as podemos cuidar melhor do futuro que as crianças encerram em si sem descuidar o seu presente e sem que nos relacionemos com elas como objetos de intervenção?

Esta tensão entre criança, família, sociedade e Estado produz uma certa forma de “estar-a-ser-criança” (Almeida, 2018b) ou, se melhor dito, de “modas” que alavancam a visão que temos do papel das organizações socioeducativas, incluindo das creches. No entanto, o interesse pela creche e pela educação de crianças pequenas encerra em si esta consciência profunda de que para “cuidarmos do futuro” temos de cuidar de crianças cada vez mais pequenas. A dificuldade está em romper com uma hegemonia de políticas e práticas que orienta a ação para o futuro, isto é, crianças mais autónomas, mais autorreguladas, mais competentes, melhores alunos/as e/ou “bons/boas cidadãos/ãs”, descuidando o “aqui e agora” da infância (Tomás, 2011, 2017; Almeida, 2018a). No fundo, acabam por prevalecer discursos associados a normas particulares que regulam as relações adulto(s)/a(s)-criança(s) e definem padrões sobre como deve

ser a conduta “adequada” dos/as adultos/as em relação às crianças (Vanderbroeck & Bourvene-de-Vie, 2006). Cabemos a nós problematizar esses discursos e práticas no sentido de romper com a unidireccionalidade do pensamento e da ação em relação às crianças pequenas e ao trabalho que se faz em creche.

O que se pode pensar a partir desta ideia e desta consciência é como é que pode a creche ser um tempo de “estar-a-ser-criança” evitando (ou adiando) que este interesse pela infância se torne numa adultização (Almeida, 2018a) ou escolarização cada vez mais precoce (Tomás & Ferreira, 2018) e que confundamos mais escola e mais trabalho escolar, com melhor futuro. O que se traduz na invasão na creche de competências e conteúdos reprodutores da forma escolar (Dahlberg, Moss & Pence, 2003). A perspectiva dos autores deste texto é contrária a esta. Defendemos que a creche é um direito das crianças, respeitando o seu por vir, seja ele qual for.

Sobre o *ebook*

A Pós-Graduação em Educação em Creche e Outros Equipamentos com Crianças dos 0 aos 3 anos foi criada em 2011, na sequência da publicação da recomendação “A Educação dos 0 aos 3 anos” por Teresa Vasconcelos. A primeira edição abriu em 2012 e desde então tem sido oferta como formação avançada da Escola Superior de Educação de Lisboa.

Com a abertura do curso procurámos dar corpo às recomendações aí expressas explicitando, logo à partida, o nosso posicionamento: “a educação dos 0 aos 3 como um direito e não apenas como uma necessidade social” (Vasconcelos, 2011, p. 24). Esta é uma das premissas fundamentais que norteia a Pós-Graduação e, naturalmente, no seu interior discutimos de forma polissémica e interdisciplinar o papel das crianças, das famílias, dos/as profissionais, do Estado e da sociedade civil, neste processo de promoção e garantia da educação de crianças pequenas como um direito.

Seguindo conceptualmente uma orientação pós-moderna (Dahlberg, Moss & Pence, 2003) a Pós- Graduação tem sido um espaço de diálogo entre Pedagogia, Psicologia e Sociologia, procurando através dele traçar *linhas de fuga* que nos façam pensar, por um lado, de forma integrativa, complexa e crítica a educação de crianças pequenas e, por outro, as organizações/equipamentos/serviços para a infância.

Este *ebook* é o resultado dessa tentativa e nele apresentamos alguns

dos textos produzidos por estudantes das edições de 2012/2014 e de 2014/2016. A escolha destes textos e não de outros deve-se a um processo de revisão por pares a que foram submetidos todos os trabalhos. Os que foram aceites dão corpo a este *ebook* e expressam alguns dos olhares possíveis de Pedagogia, Psicologia e Sociologia sobre a educação de crianças dos 0 aos 3 anos. Naturalmente, não se esgotam aqui o que estes campos do saber teriam a dizer sobre o tema, mas pode-se, antes, considerar que este livro em formato eletrónico é uma possibilidade de abrir caminho e continuar a problematizar a educação de crianças pequenas e os seus contextos sociais, educativos, pedagógicos e culturais.

Para assinalar e comemorar a publicação das recomendações de 2011, a coletânea encontra-se organizada em duas partes. Na primeira, contamos com a participação especial de Teresa Vasconcelos que apresenta um retrato, sete anos após a publicação da Recomendação, do ponto de situação atual. Na segunda, os catorze textos produzidos pelas estudantes que foram agrupados em três dimensões: a participação das crianças – Ana Rita Pires, Vera Luís, Cláudia Ministro, Ana Carolina Dinis, Sara Argêncio, Maria do Céu Neves, Mara Cacheirinha, Paula Osório, Ana Raquel Chenrim e Diana Batista; as conceções sobre o trabalho em creche – Diana Figueiredo, Sandra Cardoso e Cristina Cardoso; e, a promoção da linguagem – Inês Chiolas.

Num plano mais pessoal, é com imenso gosto que coordenámos esta primeira edição do *ebook* “Educação e Práticas Pedagógicas com Crianças dos 0 aos 3 anos: Diálogos entre Pedagogia, Psicologia e Sociologia” com um especial agradecimento às autoras que permitiram que este livro fosse uma realidade depois de tão rica e profícua discussão ao longo da frequência dos respetivos cursos.

REFERÊNCIAS

- Almeida, T. (2018). Currículos e agenciamentos do devir: trânsitos ao redor de Deleuze na delimitação da infância a partir de *Emílio* de Rousseau. *FRACTAL Revista de Psicologia*, 30, 3, 302-309 doi: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i3/9582>.
- Almeida, T. (2018). O governo da infância: o brincar como técnica de si. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70, spe, 152-166.
- Bloch, M., Holmlund K., Moqvist, I., & Popkewitz T. (2003). *Governing Children, Families and Education: Restructuring the Welfare State*. New York: Palgrave Macmillan.
- Burman, E. (2007). *Deconstructing Development Psychology*. London: Taylor & Francis.
- Casas, F. (1992). Las representaciones sociales de las necesidades de los niños y las niñas, *Anuario de Psicología*, 53, 5-14.
- Coutinho, A. (2013). Os bebês e a brincadeira: Questões para pensar a docência. *Da Investigação às Práticas*, 4, 1, 31 -43.
- Coutinho, A. & Tomás, C. (2018). O lugar das crianças de 0 a 3 anos nas políticas educacionais no Brasil e em Portugal, *Laplage em Revista*, Sorocaba, 4, 2, 123-132.
- Folque, M. A., Tomás, C., Vilarinho, M. E., Santos, L., Homem, L., & Sarmiento, M. J. (2015). Pensar a educação de infância e os seus contextos. In M. Silva (Ed.), *Pensar a educação: Temas sectoriais* (pp. 9-46). Lisboa: Educa.
- Dahlberg, G., Moss, P. & Pence, A. (2002). *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, M. & Tomás, C. (2018). “O pré-escolar faz a diferença?” Políticas educativas na educação de infância e práticas pedagógicas. *Revista Portuguesa de Educação*, 31(2), 68-84.
- Foucault, M. (2010). *O nascimento da Biopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- Lee, N. (2013). *Childhood and Biopolitics*. London: Palgrave Macmillan. <http://doi.org/10.1057/9781137317186>
- Dahlberg, G., Moss, P. & Pence, A. (2003). *Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed.
- Moss, P. (2009). Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. *Psicologia USP*, São Paulo, 20(3), 417-436.
- Peters, M. (2005). *Education, Globalization, and the State in the Age of Terrorism*. Boulder, CO: Paradigm.
- Popkewitz, T. (2006). *Inventing the Modern Self and John Dewey*. New York: Palgrave Macmillan. <http://doi.org/10.1057/9781403978417>
- Rose, N. S. (1999). *Governing the Soul*. Free Assn Books: London

- Smith, K. (2014). *The Government of Childhood*. London: Palgrave Macmillan.
- Tomás, C. (2011). "Há muitos mundos no mundo". *Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.
- Tomás, C. (2017). Para além de uma visão dominante sobre as crianças pequenas: gramáticas críticas na educação de infância. *Humanidades & Educação*, Palmas, 4, 1, 13-20.
- Vandenbroeck, M. & Bouverne-de Bie, M. (2006). Children's Agency and Educational Norms: A Tensed Negotiation. *Childhood*, Trondheim 13, 1, 127–143.
- Vasconcelos, T. (2011). *Recomendação A Educação dos 0 aos 3 Anos*. Lisboa: CNE.